

Sul América Santa Cruz Participações S.A.
CNPJ Nº 92.664.937/0001-80



Relatório da Diretoria

Prezados Srs Acionistas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos o relatório da diretoria e as demonstrações financeiras da Companhia obtido em 31/12/2015. Em 2015, a Companhia obteve lucro líquido de R\$78.191, frente lucro líquido de R\$80.203 no exercício de 2014. Rio de Janeiro, 23 de março de 2016. A DIRETORIA.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2015, 2014 e em 01 de janeiro de 2014
(Em milhares de reais)

	31/12/2015		01/01/2014		31/12/2014		01/01/2014	
	Notas	31/12/2015	(Reapresentado)	(Reapresentado)	Notas	31/12/2014	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Ativo								
Circulante		356.836	203.319	226.150				
Disponível	6	453	3.229	3.424				
Caixa e bancos		453	3.229	3.424				
Aplicações financeiras	7	336.730	175.349	201.978				
Aplicações financeiras		336.730	175.349	201.978				
Títulos e créditos a receber		19.653	24.736	20.646				
Títulos e créditos a receber		1.895	2.054	1.911				
Dividendos a receber		13.474	17.679	13.707				
Créditos tributários e previdenciários	8	3.592	3.639	3.992				
Outros		1.111	1.783	1.455				
(-) Redução ao valor recuperável		(419)	(419)	(419)				
Outros valores e bens			5	102				
Não circulante		452.903	468.821	394.884				
Realizável a longo prazo		131.550	133.234	141.746				
Aplicações financeiras	7	244	245	245				
Aplicações financeiras		244	245	245				
Títulos e créditos a receber		131.306	132.989	141.501				
Créditos tributários e previdenciários	8	20.248	21.110	31.356				
Depósitos judiciais e fiscais	14.1	111.058	111.879	110.145				
Investimentos		321.261	335.482	253.028				
Participações societárias	9	320.933	334.844	252.337				
Imóveis destinados à renda			633	691				
Outros investimentos		349	2.028	2.028				
(-) Redução ao valor recuperável		(21)	(2.023)	(2.023)				
Imobilizado		92	105	110				
Imóveis		10	16					
Bens móveis		105	107	107				
Outras imobilizações		26	26	26				
(-) Redução ao valor recuperável			(5)					
(-) Depreciação		(49)	(39)	(23)				
Total do ativo		809.739	672.140	621.034				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

Descrição	Reserva de capital		Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Total do lucro acumulado	Total do patrimônio líquido
	(Ágio)/Deságio em transação de capital	Total da Reserva de capital	Reserva legal	Reserva estatutária			
Saldos em 01/01/2014	416.084			6.341	90.284	96.625	476.063
Reapresentação - efeito combinação de negócio (nota 2.2)		(40.985)	(40.985)		3.853	3.853	(38.749)
Saldos reapresentados em 01/01/2014	416.084	(40.985)	(40.985)	6.341	94.137	100.478	437.314
Outros ajustes						830	830
Deságio em transação de capital		7.995	7.995				7.995
Ajustes de avaliação patrimonial					5.411		5.411
Lucro líquido do exercício						80.203	80.203
Destinação do lucro líquido do exercício:							
Reserva legal			3.708				(3.708)
Reserva estatutária				52.819			(52.819)
Constituição de reserva estatutária - efeito reversão da combinação de negócio (nota 2.2)				6.898			(6.898)
Dividendos							(17.608)
Obrigatórios - R\$2,42 por ação ON							(17.608)
Saldos reapresentados em 31/12/2014	416.084	(32.990)	(32.990)	10.049	153.854	163.903	514.145
Aumento de capital conforme AGE de 12/06/2015	135.037						135.037
Reversão de reserva - efeito reversão da combinação de negócio (nota 2.2)					(10.751)	(10.751)	
Ajustes de avaliação patrimonial					(43.954)		(43.954)
Lucro líquido do exercício						78.191	78.191
Destinação do lucro líquido do exercício:							
Reserva legal			4.447				(4.447)
Reserva estatutária				63.371			(63.371)
Dividendos							(21.124)
Obrigatórios - R\$2,35 por ação ON							(21.124)
Saldos em 31/12/2015	551.121	(32.990)	(32.990)	14.496	206.474	220.970	662.295

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014, e em 01 de janeiro de 2014. (Em milhares de reais, exceto onde mencionado)

1. Contexto operacional. A Sul América Santa Cruz Participações S.A. denominada "Companhia" é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro, na Rua Beatriz Larragoiti Lucas, 121 no bairro, Cidade Nova, e tem como objeto social a administração de bens próprios e de terceiros e a participação em outras sociedades mercantis ou civis, notadamente na área de Capitalização. A Companhia tem como acionista a Sul América Companhia de Seguro Saúde, denominada "CIA. SAÚDE" e tem como controladora indireta a Sul América S.A., denominada "SASA". Nestas demonstrações financeiras, denominamos de "Sul América" o conjunto de empresas controlado pela SASA, o qual a Companhia faz parte. As demonstrações financeiras de 01/01/2014 e 31/12/2014 foram auditadas pela KPMG Auditores Independentes e as demonstrações financeiras de 31/12/2015 foram auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes. **2. Apresentação das demonstrações financeiras. 2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras e declaração de conformidade às normas CPC.** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis brasileiras (BR GAAP) que compreendem as normas da legislação societária e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Não estão sendo apresentadas demonstrações financeiras consolidadas, tendo em vista o atendimento às condições previstas no item 10 do CPC 36, destacando-se que sua controladora indireta Sul América S.A. apresenta demonstrações financeiras consolidadas. A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 23/03/2016. **2.2. Reapresentação e ajustes. Efeitos por reflexo referentes à reapresentação da aquisição da controlada indireta Sul América Capitalização S.A. - SULACAP (SULACAP).** Os registros contábeis da aquisição da SULACAP pela Companhia estão sendo reapresentados nestas demonstrações financeiras, por determinação da CVM, órgão que regula a controladora SASA, através do Ofício/CVM/SEP/GEA-Nº001/2015, de 2 de janeiro de 2015, emitido em resposta a consulta técnica da SASA com o objetivo de confirmar o entendimento sobre o registro da operação de aquisição do controle da SULACAP controlada da Companhia. Na época da decisão formalizada no ofício supramencionado, a SASA entrou com pedido de reconsideração da decisão e em 24 de novembro de 2015, a CVM reafirmou em reunião a sua posição, tornando-a pública através de ata publicada em seu site, em 24 de dezembro de 2015. A Companhia está reapresentando estas demonstrações financeiras, refletindo no investimento e patrimônio líquido o entendimento da CVM de que a operação mencionada não é uma combinação de negócios. Os efeitos nas demonstrações financeiras referentes às reclassificações e ajustes mencionados anteriormente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e no balanço patrimonial em 01 de janeiro de 2014, são os seguintes: **2.2.1. Efeitos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Balanço patrimonial**

	31/12/2014		
	Publicado	Ajustes	Reapresentado
Ativo circulante	203.319		203.319
Ativo não circulante	502.963	(34.142)	468.821
Investimentos (a)	368.986	(34.142)	334.844
Outros	133.977		133.977
Total	706.282	(34.142)	672.140

	31/12/2014		
	Publicado	Ajustes	Reapresentado
Passivo circulante	41.879		41.879
Passivo não circulante	116.116		116.116
Patrimônio líquido (a)	548.287	(34.142)	514.145
Capital social	416.084		416.084
Reservas de capital	7.995	(40.985)	(32.990)
Ajuste de avaliação patrimonial	(28.944)	(3.908)	(32.852)
Reservas de lucros	153.152	10.751	163.903
Total	706.282	(34.142)	672.140

	31/12/2014		
	Publicado	Ajustes	Reapresentado
Resultado de equivalência patrimonial	63.119	6.908	70.027
Outras receitas e (despesas)	10.778		10.778
Resultado antes dos impostos	73.897	6.908	80.805
Imposto de renda e contribuição social	(602)		(602)
Lucro líquido do exercício	73.295	6.908	80.203

2.2.2. Efeitos no balanço patrimonial em 01 de janeiro de 2014

	01/01/2014		
	Publicado	Ajustes	Reapresentado
Ativo circulante	226.150		226.150
Ativo não circulante	433.633	(38.749)	394.884
Investimentos (a)	291.086	(38.749)	252.337
Outros	142.547		142.547
Total	659.783	(38.749)	621.034

	01/01/2014		
	Publicado	Ajustes	Reapresentado
Passivo circulante	35.310		35.310
Passivo não circulante	148.410		148.410
Patrimônio líquido (a)	476.063	(38.749)	437.314
Capital social	416.084		416.084
Reservas de capital		(40.985)	(40.985)
Ajuste de avaliação patrimonial	(36.646)	(1.617)	(38.263)
Reservas de lucros	96.625	3.853	100.478
Total	659.783	(38.749)	621.034

(a) Reflexo da mudança na contabilização da aquisição da controlada SULACAP de combinação de negócios para transação de capital conforme determinação da CVM. **Demonstração de fluxo de caixa.** Em 2015, a Companhia passou a adotar o método indireto na demonstração de fluxo de caixa e centralizou a movimentação de aplicações financeiras na caixa operacional e também transferiu os depósitos judiciais para a caixa operacional. O efeito desta alteração em 2014 é a transferência de R\$13.761 em aplicações financeiras da caixa de investimentos para a caixa operacional e a transferência de R\$189 de baixas de depósitos judicial do caixa de investimentos para a caixa operacional. **2.3. Base de mensuração.** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos (nota 5), dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e dos instrumentos financeiros disponíveis para venda (nota 7). **2.4. Moeda funcional e de apresentação.** Nas demonstrações financeiras, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **3. Principais práticas contábeis.** As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. **3.1. Resumo das práticas contábeis.** As práticas contábeis mais relevantes adotadas são: **3.1.1. Apuração do resultado.** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência. **3.1.2. Balanço patrimonial.** Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após os próximos 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, exceto para as aplicações financeiras que são classificadas de acordo com a expectativa de realização; • Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contratos; • Os créditos tributários não são ajustados a valor presente. **3.2. Instrumentos financeiros.** Os instrumentos financeiros são classificados e mensurados, conforme descritos a seguir: **3.2.1. Mensurados ao valor justo por meio do resultado. Títulos e valores mobiliários.** Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. Em alguns casos, títulos e valores mobiliários podem ser classificados nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, considerando-se a estratégia de investimentos e de acordo com a gestão de riscos documentada. **Derivativos.** São classificados no ativo ou passivo circulante como títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo por meio do resultado, sendo compostos por opções e contratos futuros. **3.2.2. Disponível para a venda.** Os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado", "empréstimos e recebíveis" ou "mantidos até o vencimento" são classificados como "disponíveis para venda" e contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado e ajustados aos correspondentes valores justos. As valorizações e desvalorizações não realizadas financeiramente são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos correspondentes efeitos tributários e, quando realizadas ou quando há redução ao valor recuperável, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido. **3.2.3. Empréstimos e recebíveis.** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por contas a receber, que são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável. **3.3. Depósitos judiciais e fiscais.** Os depósitos judiciais e fiscais são classificados no ativo não circulante e os rendimentos e as atualizações monetárias sobre esse ativo são reconhecidos no resultado. **3.4. Investimentos - participações societárias.** Reconhecidos inicialmente pelo valor justo, ajustado pela redução ao valor recuperável, combinado com os seguintes aspectos: • As participações acionárias em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial; • O ágio decorrente de aquisição com fundamento econômico de expectativa de rentabilidade futura é classificado no investimento; e • O ágio ou deságio na aquisição de ações de controlada de minoritários (transação de capital), está registrado no patrimônio líquido. **3.5. Redução ao valor recuperável. Ativos financeiros (incluindo recebíveis).** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado tem seu valor recuperável avaliado sempre que apresenta indícios de perda. Já um ativo financeiro mensurado a valor justo tem perda após o reconhecimento inicial do ativo se apresentar efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados, estimados de maneira confiável, tais como: desvalorização significativa ou prolongada reconhecida publicamente pelo mercado, descontinuidade da operação da atividade em que a Companhia investiu, tendências históricas da probabilidade de inadimplência, entre outros. **Ativos não financeiros.** Os saldos contábeis dos ativos não financeiros são revisados no mínimo anualmente para apurar se há indicação de redução ao valor recuperável. No caso de ágio e ativos

Companhia referentes ao exercício social findo em 31/12/2015. Em 2015, a

Demonstrações de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	2014		
	Notas	2015	(Reapresentado)
Resultado de equivalência patrimonial	9	56.731	70.027
Outras receitas e (despesas)		29.184	10.778
Despesas administrativas	16.1	(1.249)	(2.047)
Despesas com tributos	16.2	(2.875)	(629)
Receitas financeiras	16.3.2	101.466	68.973
Despesas financeiras	16.3.3	(77.490)	(56.943)
Receitas e despesas patrimoniais		626	1.424
Receitas/despesas operacionais		363	
Resultado na venda de ativos - investimentos, imobilizado e intangível		8.343	
Resultado antes dos impostos		85.915	80.805
Imposto de renda	17	(6.881)	(2.375)
Contribuição social	17	(843)	1.773
Lucro líquido do exercício		78.191	80.203
Quantidade de ações		9.003	7.270
Lucro líquido do exercício por ação		8,68	11,03

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

	2014		
	Notas	2015	(Reapresentado)
Lucro líquido do exercício		78.191	80.203
Ganhos / (Perdas) não realizadas com ativos financeiros disponíveis para venda	7.3	593	(84)
Imposto de renda e contribuição social relacionados aos componentes de outros resultados abrangentes		(202)	29
Ganhos de variação de participação acionária	9	(166)	163
Outros resultados abrangentes de empresas investidas reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial	9	(44.179)	5.303
Outros componentes do resultado abrangente		(43.954)	5.411
Resultado abrangente do exercício		34.237	85.614

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

	2014	
	2015	(

continuação

Sul América Santa Cruz Participações S.A. | CNPJ 92.664.937/0001-80

8.1. Tributos a compensar/recuperar:

Descrição	Saldo em 01/01/2014	Adição	Atualização monetária	Pagamento / baixas	Saldo em 31/12/2014
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	6.739	7.653	321	(8.325)	6.388
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL	691	241	28	(135)	825
Programa de Integração Social – PIS	63	-	3	-	66
Outros	373	-	-	-	373
Total	7.866	7.894	352	(8.460)	7.652
Circulante					3.639
Não circulante					4.013

Descrição	Saldo em 31/12/2014	Adição	Atualização monetária	Pagamento / baixas	Saldo em 31/12/2015
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	6.388	4.614	309	(4.869)	6.442
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL	825	205	39	(220)	849
Programa de Integração Social – PIS	66	8	3	(3)	74
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	-	35	-	(14)	21
Outros	373	-	-	-	373
Total	7.652	4.862	351	(5.106)	7.759
Circulante					3.592
Não circulante					4.167

8.2. Movimentação dos créditos e débitos tributários: Em 31/12/2015 e 2014, as bases do imposto de renda e da contribuição social diferidos são compostas da seguinte forma:

Descrição	Saldo em 01/01/2014	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2014
Provisão para perda em investimentos	1	-	-	1
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	21.295	2.051	(92)	23.254
Redução ao valor recuperável de créditos	34	-	-	34
Amortização de ágio	61	-	-	61
Outros	(145)	-	-	(145)
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	21.246	2.051	(92)	23.205
Prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social	11.359	-	(10.443)	916
Total dos créditos tributários	32.605	2.051	(10.535)	24.121
Atualizações de depósitos judiciais	(4.997)	(2.216)	287	(6.926)
Ajuste a valor de mercado	(126)	(106)	134	(98)
Total dos débitos tributários	(5.123)	(2.322)	421	(7.024)
Total dos créditos tributários líquido dos débitos tributários	27.482	(271)	(10.114)	17.097

Descrição	Saldo em 31/12/2014	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2015
Provisão para perda em investimentos	1	550	-	551
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	23.254	3.632	(767)	26.119
Redução ao valor recuperável de créditos	34	-	-	34
Amortização de ágio	61	2	-	63
Outros	(145)	-	-	(145)
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	23.205	4.184	(767)	26.622
Prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social	916	-	(908)	8
Total dos créditos tributários	24.121	4.184	(1.675)	26.630
Atualizações de depósitos judiciais	(6.926)	(3.993)	669	(10.250)
Ajuste a valor de mercado	(98)	(343)	142	(299)
Total dos débitos tributários	(7.024)	(4.336)	811	(10.549)
Total dos créditos tributários líquido dos débitos tributários	17.097	(152)	(864)	16.081

Conforme orçamento aprovado pela Administração da Companhia, a expectativa para a utilização destes créditos será a realização integral no ano de 2016. As realizações dos créditos tributários de diferenças temporárias relacionados, principalmente, às provisões para ações judiciais e obrigações fiscais não estão apresentadas no texto acima, pois dependem de decisão definitiva e da data de encerramento desses litígios. De qualquer forma, os orçamentos de resultados futuros aprovados pela Administração, comportam integralmente a realização dos créditos tributários constituídos sobre as diferenças temporárias. Os créditos tributários não contabilizados, em 31/12/2015, demonstrados abaixo, referem-se a diferenças temporárias para as quais a Administração não tem expectativa de realização em um futuro próximo. Em 31/12/2015, os saldos acumulados de prejuízos fiscais e de bases negativas de contribuição social a compensar são formados como demonstrados a seguir:

Ano	Imposto de renda	Contribuição social
2001	-	97
Saldo a compensar	-	97

As bases e os impostos não registrados contabilmente, em 31/12/2015, estão demonstrados a seguir:

Descrição	Base	Ativo Fiscal Diferido não reconhecido
Diferenças temporárias - IRPJ	12.198	3.050
Diferenças temporárias - CSLL	10.792	971
Total	22.990	4.021

9. Investimentos - participações societárias: Em 31/12/2015, o investimento é composto conforme demonstrado a seguir:

Sul América Capitalização S.A. - SULACAP	
Saldo em 01/01/2014	291.086
Reapresentação - efeito da reversão combinação de negócio (nota 2.2)	(38.749)
Saldo reapresentado em 01/01/2014	252.337
Compra de participação acionária	14.960
Aumento de capital	549
Ganho de capital	163
Deságio em transação de capital	7.995
Equivalência patrimonial	70.027
Ajustes de avaliação patrimonial	5.303
Outros ajustes	833
Dividendos	(17.323)
Saldo em 31/12/2014	334.844
Ganho de capital	(166)
Equivalência patrimonial	56.731
Ajustes de avaliação patrimonial	(44.179)
Dividendos	(26.297)
Saldo em 31/12/2015	320.933

Descrição	Categoria	Controladora	Ativo 2015	Passivo 2014	Despesa 2015	2014
Sul América Capitalização S.A. – SULACAP (e)	Controlada	Sul América Santa Cruz Participações S.A.	12.600	17.679	-	-
Sul América Companhia de Seguro Saúde (e)	Controladora	Sul América Companhia Nacional de Seguros	-	21.124	17.607	-
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (d)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	6	9	(94) (115)
Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A.	Ligada	Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (d)	-	12	-	(113) -
Sul América Serviços de Saúde S.A. (a)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	-	-	(3) (1)
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (b)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	28	-	-
Sul América Companhia Nacional de Seguros (b)	Controladora indireta	Saepar Serviços e Participações S.A.	115	176	-	-
Gouveia Vieira Advocacia (c)	Outros	Outros	-	-	-	(30) (21)
Total			12.715	17.883	21.142	17.616 (240) (137)

(a) Valor referente ao seguro saúde oferecido aos funcionários e dirigentes; (b) Valor referente às transações em conta corrente entre empresas do grupo, referente basicamente, as operações com seguro e reembolso de despesas administrativas; (c) Valor referente aos serviços prestados de consultoria e acompanhamento dos processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributário. Estes contratos são renovados anualmente e liquidados mensalmente; (d) Valor referente à taxa de administração e gestão correspondente a 0,25% sobre o valor da carteira de ativos administrados; e (e) Valor referente aos dividendos a serem distribuídos ou a receber entre acionistas, titulares ou sócios. A Companhia liquidou dividendos, em 2015, no montante de R\$17.607 (R\$11.858 em 2014) para a CIA. SAÚDE. A Companhia recebeu dividendos, em 2015, no montante de R\$30.502 (R\$13.350 em 2014) da Sul América Capitalização – SULACAP. 14. Depósitos judiciais e fiscais, obrigações fiscais, provisões para ações judiciais e contingências: 14.1 Depósitos judiciais e fiscais: Em 31/12/2015 e 2014, os depósitos judiciais e fiscais, assim como a provisão para ações judiciais e obrigações fiscais, são compostos conforme demonstrado a seguir:

Descrição	2015	2014
Tributárias:		
COFINS	229	215
PIS	71.935	66.773
CSLL	7.453	13.016
IRPJ	9.175	8.836
Outros	1.558	3.172
Subtotal	90.350	92.012
Previdenciárias:		
INSS	20.113	19.132
Trabalhistas e cíveis:		
Ações trabalhistas	595	671
Ações cíveis	-	64
Subtotal	595	735
Total	111.058	111.879
Não circulante	111.058	111.879

14.2. Movimentação das provisões para ações judiciais e obrigações fiscais

Descrição	Saldo em 01/01/2014	Atualização monetária	Pagamentos / baixas	Saldo em 31/12/2014
Tributárias (a):				
PIS	49.830	3.323	-	53.153
COFINS	201	12	-	213
CSLL (b)	19.111	744	(7.553)	12.302
IRPJ (c)	7.140	445	(1.619)	5.966
Honorários	1.363	7	-	1.370
Outros	8.917	317	-	9.234
Subtotal	86.562	4.848	(9.172)	82.238
Previdenciárias:				
INSS	16.280	1.184	-	17.464
Subtotal	16.280	1.184	-	17.464
Total	102.842	6.032	(9.172)	99.702
Não circulante				99.702

2015	
Descrição	Sul América Capitalização S.A. - SULACAP
Ativo	1.131.167
Passivo	791.142
Patrimônio líquido	340.025
Receita líquida	110.506
Lucro líquido do exercício	60.106
Percentual de participação (%)	94,3850%
Valor contábil do investimento	320.933
Quantidade de ações ordinárias	353

2014	
Descrição	Sul América Capitalização S.A. - SULACAP
Ativo	1.345.020
Passivo	993.042
Patrimônio líquido	351.978
Receita líquida	587.248
Lucro líquido do exercício	76.374
Percentual de participação (%)	94,3850%
Valor contábil do investimento	334.844
Quantidade de ações ordinárias	353

10. Obrigações a pagar:

Descrição	2015	2014
Obrigações fiscais (Nota 14.2)	78.619	81.870
Parcelamento - REFIS (a)	1.297	1.201
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	21.124	17.607
Demais	109	268
Total	101.149	100.946
Circulante	22.530	19.076
Não circulante	78.619	81.870

(a) Refere-se ao parcelamento instituído pela Receita Federal dos valores devidos relativos ao IRPJ, CSLL e FINSOCIAL, os quais encontravam-se em discussão na esfera administrativa e judicial. 11. Impostos e contribuições

Descrição	2015	2014
Contribuições PIS e COFINS	704	5
Outros	-	1
Total	704	6
Circulante	704	6

12. Outras contas a pagar

Descrição	2015	2014
Compromissos mobiliários a pagar (a)	26.648	38.081
Contas a pagar diversas	38	1.130
Total	26.686	39.211
Circulante	19.047	22.797
Não circulante	7.639	16.414

(a) O saldo de 2015 e 2014, refere-se, basicamente, ao preço contingente contratual na aquisição da SULACAP. 13. Partes relacionadas: As principais transações com partes relacionadas estão resumidas a seguir:

Descrição	Saldo em 31/12/2014	Adições	Atualização monetária	Pagamentos/ baixas	Saldo em 31/12/2015
Tributárias(a):					
PIS	53.153	-	4.008	-	57.161
COFINS	213	-	14	-	227
CSLL (b)	12.302	3.609	874	(10.946)	5.839
IRPJ (c)	5.966	585	323	(1.935)	4.939
Honorários	1.370	17	57	(324)	1.120
Outros	9.234	147	328	-	9.709
Subtotal	82.238	4.358	5.604	(13.205)	78.995
Previdenciárias:					
INSS	17.464	-	1.437	(495)	18.406
Subtotal	17.464	-	1.437	(495)	18.406
Total					97.401
Não circulante					97.401

(a) Inclui as obrigações fiscais, que em 31/12/2015 são de R\$78.619 (R\$81.870 em 2014), registradas no passivo não circulante, na rubrica "Obrigações a pagar" (vide nota 10); (b) Em 31/12/2015, a variação da rubrica é explicada, basicamente, pela baixa do processo 9600061742, devido à decisão desfavorável, transitada em julgado, com a efetiva conversão em renda ocorrida em 11/05/2015 do saldo remanescente dos valores depositados. Em 2014, a baixa refere-se, basicamente, ao trânsito em julgado dos processos 9700210219 e 9600019860 relacionados aos seguintes objetos: (i) imposição da CSLL à alíquota majorada imposta pelo artigo 2º da Lei nº 9.316/96; e (ii) direito de a Companhia continuar computando, no resultado do exercício que servir de base da CSLL, os encargos do ativo permanente e de custos dos bens baixados a qualquer título, que correspondem à diferença da correção monetária ocorrida, no ano de 1990, entre o IPC e o BNTF, deixando de se submeter ao disposto no artigo 41, §2º, do Decreto nº 332/91, reproduzido no artigo 427, §2º, do RIR; e (c) Em 31/12/2015, a variação da rubrica é explicada, basicamente, pela baixa do processo 200361000173851, de indebitabilidade da CSLL em virtude do trânsito em julgado e conversão em renda do saldo integral dos valores depositados. Em 2014, refere-se, basicamente, à baixa de ações judiciais por adesão ao REFIS, de acordo com a Lei 12.973/2014.

14.3. Obrigações fiscais: As principais ações judiciais oriundas de obrigações fiscais em 31/12/2015 e 2014 são: PIS: A Companhia vem questionando e depositou judicialmente a contribuição do PIS, instituída pelas Emendas Constitucionais nºs 01/1994, 10/1996 e 17/1997, com a incidência de 0,75% sobre a receita bruta. Os valores questionados encontram-se provisionados de acordo com a expectativa de perda da Administração, com exceção dos montantes da Sul América Bandeirantes Seguros S.A. (CIA BANDEIRANTES), incorporada pela Sul América Investimentos e Participações S.A. (SAIPA), incorporada pela Companhia. Os advogados que patrocinam as causas reputam como possível a perda das demandas. Em 24/05/2013, foi publicada uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) assegurando à CIA BANDEIRANTES, incorporada pela SAIPA, incorporada pela Companhia o direito de calcular e pagar o PIS, no período de janeiro de 1996 a junho de 1997, de acordo com a Lei

Complementar n.º 7/1970, sem observar as regras da EC 10/1996 e das Medidas Provisórias que a regulamentaram, que já transitou em julgado. Estamos aguardando o levantamento dos valores depositados. O Decreto nº 8.426, de 01 de Abril de 2015, introduziu a alíquota de 0,65% de contribuição para o PIS, para as empresas que se encontram no regime não cumulativo, incidentes sobre receitas financeiras, até então isentas de tributação. Diante disso, a SANTA CRUZ impetrou um mandado de segurança com pedido de concessão de medida liminar para não ser submetida às referidas contribuições sobre as receitas financeiras. Atualmente, a Companhia está recolhendo as contribuições. Os advogados responsáveis pela causa reputam como possíveis as chances de perda. CSLL: Esta ação está relacionada ao período em que a Companhia operou como sociedade seguradora. De janeiro de 1997 a dezembro de 1998, as companhias seguradoras ficaram sujeitas a recolher a contribuição social à alíquota de 18% sobre o lucro tributável, alíquota aplicável às instituições financeiras, ofendendo o princípio da isonomia. A Companhia obteve liminar para recolher a contribuição social à alíquota de 8%, depositando judicialmente a diferença de alíquota para os 18% cobrados, estando o passivo de ações judiciais provisionado na sua totalidade. Os advogados que patrocinam a causa reputam como provável a expectativa de perda da demanda. Assim, transitou em julgado a decisão do Mandado de Segurança nº 96.0006174-2, que também assegurou o direito da CIA. BANDEIRANTES, incorporada pela companhia SAIPA, incorporada pela Companhia, de não se sujeitarem às disposições da EC n.º 10/1996 no período de 01/01/1996 a 06/07/1996. A Companhia levantou o valor de R\$75, em 26/01/2015, referente à parcela favorável e aguarda a conversão em renda da parcela desfavorável no valor de R\$9.203 relativa à CIA. BANDEIRANTES. A Companhia ainda aguarda a conversão em renda da parcela desfavorável relativa à Cia. Sul América Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (SADIS), incorporada pela Companhia. IRPJ: A partir de 01/01/1997, a despesa de contribuição social tornou-se indedutível na base de cálculo do imposto de renda. Em decorrência da alteração mencionada, a Companhia vem questionando judicialmente o procedimento, tendo obtido liminar com depósito judicial, assegurando a dedutibilidade da contribuição na apuração do imposto de renda. Os advogados que patrocinam a causa reputam como provável a perda da demanda. Em maio de 2013, o STF declarou constitucional o dispositivo legal que obsteu a dedução da CSLL na base de cálculo do IRPJ. Assim, a partir desta decisão, a Companhia passou a recolher o IRPJ considerando a indebitabilidade da CSLL. Os valores questionados encontram-se depositados judicialmente e provisionados em sua totalidade. No primeiro trimestre de 2015, com a publicação da sentença nos autos do Mandado de Segurança nº 200361000173851, que negou o pedido da empresa EXECUTIVOS (incorporada pela Companhia), a provisão R\$ 872 foi baixada e os depósitos judiciais foram convertidos em renda em 04/02/2015. 14.4.

